

BBVA Brasil Banco de Investimento S.A.

Demonstrações Financeiras
em 30 de junho 2026

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório do auditor independente.

BBVA no Brasil

O primeiro semestre de 2026 marcou a continuidade da consolidação das operações do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A., reforçando a estratégia de longo prazo do Grupo BBVA no mercado brasileiro.

Com atuação voltada principalmente a clientes corporativos e institucionais, o Banco vem ampliando suas atividades no país, com foco na oferta de soluções financeiras especializadas e no desenvolvimento de uma plataforma local alinhada às diretrizes globais do Grupo BBVA em matéria de governança, gestão de riscos, digitalização e sustentabilidade.

Durante o semestre, o Banco deu continuidade à expansão de suas operações de financiamento, câmbio, gestão de liquidez e instrumentos financeiros derivativos. Em 30 de junho de 2026, a carteira de adiantamentos sobre operações de câmbio (AOC) alcançou aproximadamente R\$ 1,0 bilhão, comparada a R\$ 553,5 milhões em 31 de dezembro de 2025. A carteira de títulos e valores mobiliários totalizou aproximadamente R\$ 1,18 bilhão, frente a R\$ 624,9 milhões ao final de 2025, refletindo o crescimento das atividades e a gestão dos recursos e da liquidez do Banco.

Desempenho Econômico-Financeiro

No primeiro semestre de 2026, o resultado da intermediação financeira atingiu R\$ 99,4 milhões, comparado a R\$ 47,0 milhões no mesmo período de 2025. Após as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 90,9 milhões (R\$ 45,1 milhões no primeiro semestre de 2025). O Banco encerrou o semestre com prejuízo líquido de R\$ 6,9 milhões, frente ao prejuízo de R\$ 14,2 milhões registrado no primeiro semestre de 2025.

Em 30 de junho de 2026, os ativos totais alcançaram R\$ 3,35 bilhões, comparados a R\$ 1,78 bilhão em 31 de dezembro de 2025, enquanto o patrimônio líquido atingiu R\$ 1,86 bilhão.

No semestre, foi aprovado novo aporte de capital de R\$ 755,2 milhões, elevando o capital social de R\$ 1,08 bilhão para aproximadamente R\$ 1,84 bilhão, posteriormente aprovado pelo Banco Central do Brasil em 24 de julho de 2026. O reforço da estrutura de capital evidencia o compromisso do acionista controlador com o desenvolvimento e a expansão sustentável das operações do BBVA no Brasil.

Gestão de Riscos

O BBVA Brasil mantém estrutura de gerenciamento de riscos e de capital compatível com a natureza e o crescimento de suas operações, alinhada às políticas globais do Grupo BBVA e às exigências regulatórias do Banco Central do Brasil. A gestão contempla, entre outros, os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, observando o perfil e o apetite de risco estabelecidos pela instituição.

Os principais riscos monitorados pelo Banco incluem:

Risco de Crédito

Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras por parte das contrapartes. O Banco mantém políticas e processos estruturados de análise, concessão e monitoramento de crédito, com acompanhamento contínuo da qualidade das exposições.

Risco de Mercado

Relaciona-se às potenciais perdas decorrentes de variações em taxas de juros, câmbio e preços de instrumentos financeiros. O monitoramento é realizado por meio de métricas quantitativas, como **Value at Risk (VaR)** e análises de sensibilidade.

Risco de Liquidez

A gestão de liquidez busca assegurar que o Banco possua recursos suficientes para cumprir suas obrigações financeiras em diferentes cenários de mercado. Para isso, são mantidos ativos líquidos de alta qualidade e realizados monitoramentos contínuos de fluxos de caixa.

Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de falhas em processos, pessoas, sistemas ou eventos externos. O gerenciamento desse risco é estruturado com base no modelo das **três linhas de defesa**, envolvendo as áreas de negócio, funções de controle e auditoria interna.

Equidade de Gênero

-(Art. 133, § 6º, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 15.177/2025)

Em atendimento ao disposto no art. 133, § 6º, da Lei nº 6.404/76, com redação introduzida pela Lei nº 15.177/2025, O Banco apresenta, a seguir, as informações relativas à política de equidade adotada e aos respectivos indicadores de acompanhamento.

O Banco adota práticas voltadas à promoção da equidade de gênero, fundamentadas nos princípios da igualdade de oportunidades, da não discriminação e da meritocracia, observando critérios objetivos nos processos de contratação, desenvolvimento profissional, ocupação de cargos de liderança e definição de remuneração. Abaixo duas tabelas que demonstram a evolução da proporção homens e mulheres, e comparativo da remuneração total com a média, por nível hierárquico.

30.06.2026	Remuneração total versus média		Ocupantes	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Administração	-2%	7%	78%	22%
Gerência	8%	-7%	47%	53%
Supervisão	2%	-6%	74%	26%
Técnico / Operacional	-5%	9%	63%	38%

31.12.2025	Remuneração total versus média		Ocupantes	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Administração	-13%	26%	67%	33%
Gerência	20%	-27%	58%	42%
Supervisão	1%	-1%	70%	30%
Técnico / Operacional	-12%	12%	50%	50%

As informações acima são consolidadas com base em dados internos do Banco, observada a legislação aplicável em matéria trabalhista, societária e de proteção de dados pessoais.

Perspectivas

O BBVA Brasil seguirá avançando em seu plano de crescimento no país, com foco na ampliação da base de clientes corporativos e institucionais, no desenvolvimento da oferta de produtos e serviços e no fortalecimento de sua capacidade operacional.

A sólida estrutura de capital, o suporte do Grupo BBVA e a disciplina na gestão de riscos proporcionam as bases para a continuidade dos investimentos e para o crescimento sustentável da operação no Brasil, reforçando o posicionamento do Banco como parceiro estratégico de seus clientes.

São Paulo, 25 de agosto de 2026.

A Administração



**Shape the future
with confidence**

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - salas 104 e 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil

Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e administradores da
BBVA Brasil Banco de Investimento S.A.
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Shape the future
with confidence

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Shape the future
with confidence

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 25 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, reading 'Renata Zanotta Calçada', is written over the printed name.

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC RS-062793/O-8

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30.06.2026	31.12.2025	PASSIVO	Nota	30.06.2026	31.12.2025
Caixa e equivalentes de caixa	5	684.894	475.948	Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado (VJR)	6a	194.175	12.156
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Resultado (VJR)	6a	217.673	13.893	Instrumentos Financeiros Derivativos		194.175	12.156
Instrumentos Financeiros Derivativos		219.325	14.054	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado (CA)	6a	1.183.267	559.342
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1.652)	(161)	Obrigações por Empréstimo		1.183.267	559.342
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	6a	1.176.251	624.882	Passivos fiscais diferidos	12f	22.865	6.932
Títulos e Valores Mobiliários		1.176.251	624.882	Imposto corrente	12c	619	5.477
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado (CA)	6a	981.286	542.951	Passivos Contingentes	11	505	495
Adiantamento operações de câmbio (AOC)		1.000.292	553.467	Outros Passivos	9	79.219	79.642
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(19.006)	(10.516)	Passivo Arrendamento	7	12.157	8.604
Outros Ativos	9	155.768	24.096	TOTAL DO PASSIVO		1.492.807	672.648
Ativos fiscais diferidos	12f	53.514	40.306				
Ativo Permanente	8	79.728	58.461	Capital Social	10a	1.084.892	1.084.892
Ativo Imobilizado		13.896	15.281	Aumento de Capital a Autorizar	10a	755.175	-
Ativo Arrendamento	7	11.563	8.174	Reservas de Lucros		16.155	23.016
Ativo Intangível		54.269	35.006	Outros Resultados Abrangentes		85	(19)
				Total do Patrimonio Líquido		1.856.307	1.107.889
TOTAL DO ATIVO		3.349.114	1.780.537	TOTAL DO PASSIVO E PL		3.349.114	1.780.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultados – Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	30.06.2026	30.06.2025
Receita de Intermediação Financeira		318.060	47.538
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez		891	275
Receita de aplicações voluntárias no Banco Central		45.740	10.949
Receita com títulos e valores mobiliários		32.621	35.668
Receita de derivativos		215.859	-
Rendas de outras operações com característica de crédito		22.949	646
Despesas de Intermediação Financeira		(218.630)	(570)
Despesa de títulos e valores mobiliários		-	(4)
Despesas com derivativos		(197.737)	(4)
Despesas com repasses e empréstimos		(20.893)	(562)
Resultado da Intermediação Financeira		99.430	46.968
Provisão para Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito		(8.490)	(1.835)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Líquido	6f	90.940	45.133
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(94.542)	(59.361)
Receitas de prestação de serviços	13e	8.854	-
Despesas de arrendamento	7	(533)	(613)
Despesas administrativas	13b	(14.133)	(10.469)
Despesas de pessoal	13a	(73.271)	(38.302)
Resultado Variação cambial	15a	2.177	526
Despesas tributárias	13c	(9.581)	(7.553)
Despesas de depreciação e amortização	8	(8.774)	(2.415)
Outras receitas (despesas) operacionais	13d	719	(535)
Resultado Antes da Tributação		(3.602)	(14.228)
Imposto de Renda e Contribuição Social	12e	(3.259)	-
Imposto corrente		(619)	-
Imposto diferido		(2.640)	-
Lucro (Prejuízo) do Semestre		(6.861)	(14.228)
Lucro (Prejuízo) por lote de mil Ações - R\$		(4,68)	(16,44)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultados abrangentes – Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	30.06.2026	30.06.2025
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre	(6.861)	(14.228)
Itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado		
Ativos Financeiros ao VJORA		
Valor justo de títulos em outros resultados abrangentes	190	(1.121)
Impostos diferidos sobre valor justo	(86)	512
Total dos itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado	104	(609)
Total dos resultados abrangentes do semestre líquido dos impostos	(6.757)	(14.837)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido – Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital a Autorizar	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
				Reserva Legal	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)		56.229	-	4.228	19.439	552	-	80.448
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	-	(609)	-	(609)
Lucro (prejuízo) líquido do semestre		-	-	-	-	-	(14.228)	(14.228)
Aumento de Capital	10a	1.028.663	-	-	-	-	-	1.028.663
Ajuste adoção Res. CMN 4.966		-	-	-	(249)	-	-	(249)
Absorção de lucros (prejuízos) acumulados		-	-	-	(14.228)	-	14.228	-
Em 30 de junho de 2025		1.084.892	-	4.228	4.962	(57)	-	1.094.025
Em 31 de dezembro de 2025		1.084.892	-	4.228	18.788	(19)	-	1.107.889
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	-	104	-	104
Lucro (prejuízo) líquido do semestre		-	-	-	-	-	(6.861)	(6.861)
Aumento de Capital a Autorizar	10a	-	755.175	-	-	-	-	755.175
Absorção de lucros (prejuízos) acumulados		-	-	-	(6.861)	-	6.861	-
Em 30 de junho de 2026		1.084.892	755.175	4.228	11.927	85	-	1.856.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa indireto – Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	30.06.2026	30.06.2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício		(6.861)	(14.228)
Ajustes ao lucro Líquido		10.539	18.835
Depreciação/Amortização	8	8.774	2.415
Ajuste a valor de mercado - TVM		104	(609)
Juros de Arrendamento	7	533	613
Provisão (Reversão) para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		8.490	(250)
Imposto Diferido		2.640	-
Provisões Despesas de Pessoal		(10.019)	16.666
Provisão de contingências	11	10	-
Prejuízo baixa imobilizado		7	-
Lucro líquido (prejuízo) ajustado		3.678	4.607
Varição em Ativos Operacionais - (Aumento)/Diminuição		(1.333.646)	(606.559)
Títulos e Valores Mobiliários		(551.369)	(503.421)
Instrumentos Financeiros Derivativos – Ativos		(203.780)	(2)
Adiantamento Operações de Cambio		(446.825)	(109.775)
Outros ativos		(131.672)	6.639
Aumento/(Redução) nos Passivos Operacionais		813.787	100.993
Instrumentos Financeiros Derivativos - Passivos		182.019	4
Obrigações por Empréstimos e Repasses		623.925	109.026
Outros Passivos Financeiros		(8.016)	-
Passivo de Arrendamento		3.020	8.949
Sociais e Estatutárias		-	(13.562)
Contas a Pagar		19.796	(4.841)
Fiscais e Previdenciárias		(6.957)	1.417
Caixa líquido gerado pela (aplicado nas) atividades operacionais		(516.181)	(500.959)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Alienação (Aquisição) de ativo permanente	8	(30.048)	(30.961)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(30.048)	(30.961)
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento			
Aumento de Capital em dinheiro	10a	755.175	1.028.663
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		755.175	1.028.663
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		208.946	496.743
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	475.948	154
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	684.894	496.897
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		208.946	496.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O BBVA Brasil Banco de Investimento S.A (“Banco”), sediado em São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.221 – 8º andar, é uma sociedade anônima de capital fechado, integrante do grupo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria – BBVA, tem por objetivo principal a prática de operações de investimento, participação ou financiamento a prazo médio e longo, para suprimento de capital fixo ou de movimento de empresas do setor privado, mediante aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, podendo praticar todas operações ativas, passivas e acessórias conforme disposições legais e regulamentares vigentes.

2 Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras

a. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e BCB nº 02/2020, com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 00(R2), CPC 01(R1), CPC 02(R2), CPC 03(R2), CPC 04(R1), CPC 05(R1), CPC 06(R2), CPC 10(R1), CPC 23, CPC 24, CPC 25, CPC 27, CPC 33(R1), CPC 41, CPC 46 aprovados pelo BACEN.

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispondo sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, trazendo os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e CPC 48.

Como principal impacto, a Resolução CMN nº 4.966/21 alterou a Resolução CMN nº 2.682/99, que definia a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa através do conceito da perda incorrida. Adicionalmente, a Resolução BCB nº 352/23 define critérios específicos para reconhecimento, mensuração e provisão de risco de crédito para instrumentos financeiros.

Os critérios contábeis oriundos por esta Resolução foram aplicados prospectivamente a partir de sua vigência, e seus efeitos de ajustes decorrente das mudanças de metodologia de critérios contábeis foram registrados em contrapartida aos Lucros e Prejuízos acumulados, por seu saldo líquido de efeitos tributários.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de agosto de 2026.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais.

3 Principais políticas contábeis

a. Apuração de resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira e depósito voluntário no Banco Central que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Transações em moeda estrangeira

Os métodos usados para contabilizar os ativos e passivos relacionados com transações em moeda estrangeira assumidos pelo Banco, e o usado para medir o risco cambial decorrente de tais operações, depende se os ativos ou passivos em questão são classificados como itens monetários.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas de transações. Os saldos de conversão pelas taxas de câmbio no final do período referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos nas contas de resultado de variação cambial.

d. Classificação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados conforme o modelo de negócios e a natureza dos fluxos de caixa contratuais, conforme Resolução CMN 4.966/21:

Custo Amortizado: ativos mantidos para recebimento de fluxos contratuais.

Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos com objetivo dual (fluxos e venda).

Valor Justo por Resultado (VJR): ativos não elegíveis às categorias anteriores ou designados para mitigar inconsistências contábeis.

Os passivos financeiros são geralmente mensurados ao custo amortizado, exceto derivativos e instrumentos designados ao valor justo.

- *Critérios para mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Banco requer a mensuração de valor de mercado para ativos e passivos financeiros. O Banco estabeleceu controle relacionado à mensuração de valor de mercado sobre a valorização e desvalorização de seus instrumentos financeiros ativos. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Alta Administração. Ao mensurar o valor de mercado de um ativo ou um passivo, o Banco usa dados observáveis de mercado, de acordo com a Resolução CMN 4.924/2021.

Hierarquia do valor justo mensurado

Os valores de mercado são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Banco reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor de mercado no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, caso aplicável.

- e. *Instrumentos financeiros derivativos - Hedge*

As operações com instrumentos financeiros derivativos, compostos de operações de *swaps*, são mensurados na data do balanço a valor de mercado. Esses instrumentos são utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa.

- f. *Provisão para Perdas Esperadas associada ao risco de crédito (Expected Credit Loss - ECL)*

A provisão para perdas esperadas é constituída com base na Resolução CMN nº 4.966/2021 e na Resolução BCB nº 352/2023, que regulamentam o tratamento contábil das perdas associadas ao risco de crédito. Tais normas são aplicáveis às instituições financeiras em função do seu porte e complexidade.

O Banco está enquadrado no Segmento S4, conforme critérios de segmentação prudencial estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, e, nos termos do Art. 50 da Resolução CMN nº 4.966/2021, optou pela aplicação da Metodologia Simplificada para mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito.

Adicionalmente, o Banco estima, juntamente com o BBVA S.A. a perda esperada em suas exposições a risco de crédito. Se necessário, o Banco constitui provisões suplementares àquelas apuradas pela aplicação da Metodologia Simplificada, nos casos em que as provisões mínimas não forem consideradas suficientes para cobrir a totalidade das perdas esperadas.

O Banco aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de *default* considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem *default*). Para esses casos, a probabilidade de *default* considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro ("*lifetime*").

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em *default*). Para esses casos, os créditos já estão em *default*.

g. *Ativos e passivos circulantes e não circulantes*

São demonstrados pelos valores de realizações e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço.

h. *Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais fiscais e previdenciárias*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- **Passivos contingentes:** É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis das ações. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;

Os avaliados com risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados, e os avaliados com risco de perda remota não requerem provisão nem divulgação.

- **Obrigações legais:** referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais eram mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

i. *Ativos Imobilizados*

i. Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e as perdas por "*impairment*", quando aplicável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos imobilizados construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista.

ii. Custos subsequentes

O custo de substituir parte de um ativo imobilizado é capitalizado ao valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros decorrentes das partes substituídas serão revertidos para o Grupo e o seu custo pode ser mensurado de maneira confiável. O valor remanescente da parte substituída é baixado. Os custos de reparos rotineiros dos ativos imobilizados são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo imobilizado.

j. Ativos intangíveis

As licenças de uso de software são registradas como ativo intangível quando:

- (i) são identificáveis e separáveis;
- (ii) a Instituição detém o controle sobre os benefícios econômicos futuros; e
- (iii) é provável que gerarão benefícios econômicos futuros.

O reconhecimento inicial ocorre pelo custo de aquisição, acrescido dos gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de uso. Custos de treinamento, manutenção, suporte e outros de natureza administrativa são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A amortização é realizada pelo método linear, considerando a vida útil definida estimada para cada licença, a qual é revista ao menos anualmente. Para ativos com vida útil indefinida (quando aplicável), não é registrada amortização, mas realiza-se teste de recuperabilidade ao menos uma vez por ano.

k. Arrendamentos

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente na data em que o bem arrendado se torna disponível para uso do Banco, inicialmente mensurado a valor presente, de acordo com as diretrizes do CPC 06 (R1).

No reconhecimento inicial foi registrado na rubrica de passivos de arrendamento o valor correspondente ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida aos Ativos de Direitos de Uso que são amortizados de forma linear pelo prazo do arrendamento. A despesa financeira é correspondente aos juros do passivo de arrendamento. Os contratos de arrendamento referem-se à locação de imóveis para uso em operações pelo Banco em São Paulo.

l. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para os tributos diretos estão constituídas com base nas alíquotas demonstradas a seguir, conforme a legislação vigente para cada encargo:

Encargo	Alíquota (%)
Imposto de Renda	15,00
Adicional de IRPJ	10,00
Contribuição Social (CSLL)	20,00
PIS	0,65
COFINS	4,00

A provisão para IRPJ é calculada à alíquota base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% a título de adicional sobre a parcela excedente a R\$ 20 mil mensais. A alíquota da CSLL sofreu as seguintes alterações ao longo dos anos:

- Até agosto/2015: 15% / setembro/2015 a dezembro/2018: 20% (Lei nº 13.169/2015)
- janeiro/2019: retorno a 15%
- março/2020: majorada para 20% (EC nº 103/2019)
- julho/2021: 25% (MP nº 1.034/2021)
- janeiro/2022: redução para 20% / agosto–dezembro/2022: 21% (MP nº 1.115/2022)
- Desde janeiro/2023: 20%

Os impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas supracitadas e estão em conformidade com a Resolução CMN no 4.842/20, e serão realizados, para as diferenças temporárias, quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e, para o prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, são reconhecidos no ativo quando há expectativa de realização por meio de lucros tributáveis futuros. As obrigações fiscais correntes e diferidas são reconhecidas no passivo, conforme aplicável.

A Lei nº 14.467, promulgada em 16 de novembro de 2022, introduziu novas regras para a dedutibilidade das perdas com créditos inadimplidos pelas instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa norma, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece a utilização de fatores fixos para dedução de operações com atraso superior a 90 dias.

No caso das perdas existentes em 1º de janeiro de 2025, relativas a créditos inadimplidos até 31 de dezembro de 2024 e que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), a dedução será permitida somente a partir de janeiro de 2026, à razão de 1/84 ou 1/120 avos mensais, conforme previsto na Lei nº 15.078, de 27 de dezembro de 2024. Adicionalmente, a dedução no exercício de 2025 estará limitada ao valor do lucro real apurado, sendo que as perdas excedentes serão tratadas como estoque.

m. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido e provisão para contingência. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo semestralmente.

n. *Resultado não recorrente*

A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período.

As políticas internas do BBVA Brasil Banco de Investimento consideram resultados não recorrentes os impactos econômicos de eventos que não estejam relacionados com as atividades usuais da instituição ou que não haja previsão que ocorram no futuro.

4 Segregação entre circulante e não circulante

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os ativos e passivos do balanço patrimonial, classificados entre circulantes e não circulantes, de acordo com os prazos estimados de realização ou liquidação em até doze meses ou após esse período, estão assim apresentados:

	30.06.2026			31.12.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa	684.894	-	684.894	475.948	-	475.948
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Resultado	41.817	175.856	217.673	10.444	3.449	13.893
Instrumentos Financeiros Derivativos	41.817	177.508	219.325	10.444	3.610	14.054
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(1.652)	(1.652)	-	(161)	(161)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	-	1.176.251	1.176.251	624.882	-	624.882
Títulos e Valores Mobiliários	-	1.176.251	1.176.251	624.882	-	624.882
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	834.411	146.875	981.286	411.560	131.391	542.951
Adiantamento operações de câmbio	837.504	162.788	1.000.292	419.531	133.936	553.467
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.093)	(15.913)	(19.006)	(7.971)	(2.545)	(10.516)
Outros Ativos	155.768	-	155.768	24.096	-	24.096
Ativos fiscais diferidos	42.629	10.885	53.514	34.568	5.738	40.306
Ativo Permanente	3.875	75.853	79.728	2.632	55.829	58.461
Ativo Imobilizado	-	13.896	13.896	-	15.281	15.281
Ativo Arrendamento	3.875	7.688	11.563	2.632	5.542	8.174
Ativo Intangível	-	54.269	54.269	-	35.006	35.006
TOTAL DO ATIVO	1.763.394	1.585.720	3.349.114	1.584.130	196.407	1.780.537
PASSIVO						
Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	40.458	153.717	194.175	9.306	2.850	12.156
Instrumentos Financeiros Derivativos	40.458	153.717	194.175	9.306	2.850	12.156
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	800.899	382.368	1.183.267	419.876	139.466	559.342
Obrigações por Empréstimo	800.899	382.368	1.183.267	419.876	139.466	559.342
Passivos fiscais diferidos	3.755	19.110	22.865	2.395	4.537	6.932
Passivos Contingentes	-	505	505	-	495	495
Imposto corrente	619	-	619	5.477	-	5.477
Outros Passivos	73.452	5.767	79.219	71.821	7.821	79.642
Passivo Arrendamento	3.392	8.765	12.157	2.168	6.436	8.604
TOTAL DO PASSIVO	922.575	570.232	1.492.807	511.043	161.605	672.648
Capital Social			1.084.892			1.084.892
Aumento de Capital a Autorizar			755.175			-
Reservas de Lucros			16.155			23.016
Outros Resultados Abrangentes			85			(19)
Total do Patrimônio Líquido			1.856.307			1.107.889
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	922.575	570.232	3.349.114	511.043	161.605	1.780.537

5 Componentes de caixa e equivalente caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

	30.06.2026	31.12.2025
Disponibilidade em moeda nacional	-	1
Disponibilidade em moeda estrangeira	31.145	9.465
Depósitos voluntários Bacen	653.749	466.482
Total	684.894	475.948

As disponibilidades em moeda nacional e estrangeiras e os depósitos voluntários no Bacen são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

Os depósitos voluntários no Banco Central referem-se a recursos de liquidez do Banco registrados na conta de Reservas Bancárias, de forma voluntária, conforme Resolução BCB nº 129/2021 e Comunicado nº 38.288/2022, com duração de um dia útil e remuneração diária definida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), no formato anual considerando-se 252 dias úteis.

6 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão classificados e compostos conforme demonstrado abaixo:

a. Composição e classificação

30.06.2026					
	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes	Ativos/passivos Financeiros ao Valor Justo por Resultado	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Títulos e Valores Mobiliários	-	1.176.251	-	-	1.176.251
Letra Financeira do tesouro - LFT	-	1.155.573	-	-	1.155.573
Letra Financeira do tesouro - LTN	-	20.678	-	-	20.678
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	217.673	-	217.673
Operações de câmbio	-	-	150	-	150
Operações de SWAP	-	-	217.523	-	217.523
Adiantamento operações de câmbio (AOC)	1.000.292	-	-	-	1.000.292
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(19.006)	-	-	-	(19.006)
Total de Ativos	981.286	1.176.251	217.673	-	2.375.210
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	194.175	-	194.175
Operações de câmbio	-	-	7	-	7
Operações de SWAP	-	-	194.168	-	194.168
Empréstimo no exterior	-	-	-	1.183.267	1.183.267
Total de Passivos	-	-	194.175	1.183.267	1.377.442

31.12.2025

	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes	Ativos/passivos Financeiros ao Valor Justo por Resultado	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Títulos e valores mobiliários	-	624.882	-	-	624.882
Letra Financeira do tesouro - LFT	-	624.882	-	-	624.882
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	13.893	-	13.893
Operações de câmbio	-	-	-	-	-
Operações de SWAP	-	-	13.893	-	13.893
Adiantamento operações de câmbio (AOC)	553.467	-	-	-	553.467
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(10.516)	-	-	-	(10.516)
Total de Ativos	542.951	624.882	13.893	-	1.181.726
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	12.156	-	12.156
Operações de câmbio	-	-	-	-	-
Operações de SWAP	-	-	12.156	-	12.156
Empréstimo no exterior	-	-	-	559.342	559.342
Total de Passivos	-	-	12.156	559.342	571.498

b. Nível de hierarquia de mensuração dos ativos e passivos financeiros a valor justo

	30.06.2026			
	Valor Justo			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Resultado				
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	217.673	-	217.673
Operações de câmbio	-	150	-	150
Operações de SWAP	-	217.523	-	217.523
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA)				
Títulos e valores mobiliários	1.176.251	-	-	1.176.251
Letra Financeira do tesouro - LFT	1.155.573	-	-	1.155.573
Letra Financeira do tesouro - LTN	20.678	-	-	20.678
Total Ativo	1.176.251	217.673	-	1.393.924
Passivos Financeiros ao Valor Justo por Resultado				
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	194.175	-	194.175
Operações de câmbio	-	7	-	7
Operações de SWAP	-	194.168	-	194.168
Total Passivo	-	194.175	-	194.175

	31.12.2025			
	Valor Justo			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Resultado				
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	13.893	-	13.893
Operações de câmbio	-	-	-	-
Operações de SWAP	-	13.893	-	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA)				
Títulos e valores mobiliários	624.882	-	-	624.882
Letras financeiras do tesouro (LFT)	624.882	-	-	624.882
Total Ativo	624.882	13.893	-	638.775
Passivos Financeiros ao Valor Justo por Resultado				
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	12.156	-	12.156
Operações de câmbio	-	12.156	-	12.156
Operações de SWAP	-	-	-	-
Total Passivo	-	12.156	-	12.156

c. Prazo dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo ao resultado

30.06.2026				
Valores a receber/(pagar)				
	Valor Nominal	de 3 meses a 1 ano	Superior a 1 ano	Valor de Mercado
Ativos e passivos Financeiros ao Valor Justo por Resultado				
Swaps				
Posição Ativa				
Euro	248.206	-	448	448
CDI	3.089.481	41.667	129.104	170.771
Dólar	249.405	-	3.928	3.928
Pré-fixado	956.581	-	42.376	42.376
		<u>41.667</u>	<u>175.856</u>	<u>217.523</u>
Posição Passiva				
Euro	3.178.364	(40.451)	(140.365)	(180.816)
CDI	461.823	-	(3.758)	(3.758)
Dólar	207.300	-	(8.887)	(8.887)
Pré-fixado	199.773	-	(708)	(708)
		<u>(40.451)</u>	<u>(153.717)</u>	<u>(194.168)</u>
31.12.2025				
Valores a receber/(pagar)				
	Valor Nominal	de 3 meses a 1 ano	Superior a 1 ano	Valor de Mercado
Ativos e passivos Financeiros ao Valor Justo por Resultado				
Swaps				
Posição Ativa				
Euro	350.000	10.444	-	10.444
CDI	165.798	-	3.449	3.449
		<u>10.444</u>	<u>3.449</u>	<u>13.893</u>
Posição Passiva				
Euro	165.798	-	(2.850)	(2.850)
CDI	350.000	(9.306)	-	(9.306)
		<u>(9.306)</u>	<u>(2.850)</u>	<u>(12.156)</u>

d. Mensuração dos ativos e passivos ao valor justo por outros resultados abrangentes

		30.06.2026				
		Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Carteira Propria						
Títulos - Letras Financeiras do Tesouro (LFT)		289.837	433.342	96.402	335.992	1.155.573
Títulos - letra do Tesouro Nacional (LTN)		-	15.292	5.386	-	20.678
Total		289.837	448.634	101.788	335.992	1.176.251
		31.12.2025				
		Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Carteira Propria						
Títulos - Letras Financeiras do Tesouro (LFT)		624.882	-	-	-	624.882
Total		624.882	-	-	-	624.882

e. Mensuração dos ativos e passivos ao custo amortizado

	30.06.2026				
Classificadas ao custo amortizado	Menos de 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Ativo					
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (AOC)	563.965	63.425	210.115	162.787	1.000.292
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(10.716)	(1.205)	(3.992)	(3.093)	(19.006)
Total ativo	553.249	62.220	206.123	159.694	981.286
Passivo					
Obrigação por empréstimo e repasse	(547.665)	(259.194)	(209.668)	(166.740)	(1.183.267)
Total passivo	(547.665)	(259.194)	(209.668)	(166.740)	(1.183.267)
	31.12.2025				
Classificadas ao custo amortizado	Menos de 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Ativo					
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (AOC)	-	83.146	336.385	133.936	553.467
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	-	(1.580)	(6.391)	(2.545)	(10.516)
Total ativo	-	81.566	329.994	131.391	542.951
Passivo					
Obrigação por empréstimo e repasse	-	(83.060)	(336.816)	(139.466)	(559.342)
Total passivo	-	(83.060)	(336.816)	(139.466)	(559.342)

Nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a distribuição dos instrumentos financeiros por classe e estágio são assim apresentados:

	30.06.2026	31.12.2025
	Estágio 1	Estágio 1
Ativos financeiros		
Ao custo amortizado		
Adiantamento operações de câmbio (AOC)	1.000.292	553.467
Total - Ao custo amortizado	1.000.292	553.467
Ao valor justo por outros resultados abrangentes		
Títulos e Valores Mobiliários	1.176.251	624.882
Total - Ao valor justo por outros resultados abrangentes	1.176.251	624.882
Ao valor justo por resultado		
Instrumentos Financeiros Derivativos	217.673	13.893
Total - Ao valor justo por resultado	217.673	13.893
Total - Ativos financeiros	2.394.216	1.192.242
Passivos financeiros		
Ao custo amortizado		
Obrigação por empréstimo e repasse	1.183.267	559.342
Total - Ao custo amortizado	1.183.267	559.342
Ao valor justo por resultado		
Instrumentos Financeiros Derivativos	194.175	12.156
Total - Ao valor justo por resultado	194.175	12.156
Total - Passivos financeiros	1.377.442	571.498

f. Resultado da intermediação financeira por categoria

	<u>30.06.2026</u>	<u>30.06.2025</u>
Valor Justo por Resultado		
Rendas de Aplicação em Fundos de Investimentos	-	268
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	18.122	(4)
 Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA)		
Letra financeira do tesouro - LFT	32.454	33.306
Letra financeira do tesouro - LTN	167	-
Letras financeiras - LF	-	1.096
Lucro na venda de ações de companhias abertas	-	994
 Custo Amortizado		
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	891	275
Receita de aplicações voluntárias no Banco Central	45.740	10.949
Despesas com repasses e empréstimos	(20.893)	(562)
Receita adiantamento operações de câmbio	22.949	646
Resultado perda esperada associada ao risco de crédito	(8.490)	(1.835)
Total	<u>90.940</u>	<u>45.133</u>

7 Arrendamentos

O Banco é arrendatário em contratos (que incluem cláusula de reajuste) de locação de imóveis para uso em suas operações.

O saldo reconhecido no balanço patrimonial referente aos arrendamentos existentes são:

	<u>30.06.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Direito de uso de ativos arrendados	11.563	8.174
Passivo de arrendamento	(12.157)	(8.604)

Valores de arrendamento reconhecidos na Demonstração do Resultado:

	<u>30.06.2026</u>	<u>30.06.2025</u>
Despesas de Amortização	(969)	(1.266)
Despesas de Juros	(533)	(613)

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício foi a seguinte:

	30.06.2026	31.12.2025
Saldo inicial	8.604	-
Adições	4.543	10.265
Baixas	(11)	-
Pagamentos	(1.512)	(2.763)
Juros	533	1.102
Saldo final	12.157	8.604

Abaixo apresentamos o total dos futuros pagamentos de locações operacionais:

	30.06.2026		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Aluguel de imóveis	3.392	8.162	603
Total	3.392	8.162	603

	31.12.2025		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Aluguel de imóveis	2.168	4.789	1.647
Total	2.168	4.789	1.647

8 Ativo permanente

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. A depreciação/amortização dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais, a qual leva em consideração o tempo de vida útil estimado com os respectivos valores residuais, que foram considerados imateriais.

	Instalações	Móveis e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Equipamento de comunicação e segurança	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total Imobilizado	Intangível software	Arrendamento Aluguel de Imóvel	Total
Custo											
Saldos em 31/12/2025	98	33	830	359	6.728	2.587	7.755	18.390	39.532	10.266	68.188
Adições	-	-	12	-	568	-	43	623	24.978	4.543	30.144
Baixas	(37)	(33)	(86)	-	(272)	(78)	(30)	(536)	(18)	(185)	(739)
Saldos em 30/06/2026	61	-	756	359	7.024	2.509	7.768	18.477	64.492	14.624	97.593
Depreciação acumulada											
Saldos em 31/12/2025	(49)	(31)	(203)	(229)	(999)	(260)	(1.338)	(3.109)	(4.526)	(2.092)	(9.727)
Adições	(6)	-	(38)	(35)	(672)	(252)	(912)	(1.915)	(5.715)	(1.144)	(8.774)
Baixas	37	31	40	-	193	112	30	443	18	175	636
Saldos em 30/06/2026	(18)	-	(201)	(264)	(1.478)	(400)	(2.220)	(4.581)	(10.223)	(3.061)	(17.865)
Saldos em 30/06/2026	43	-	555	95	5.546	2.109	5.548	13.896	54.269	11.563	79.728

	Instalações	Móveis e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Equipamento de comunicação e segurança	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total Imobilizado	Intangível software	Arrendamento Aluguel de Imóvel	Total
Custo											
Saldos em 31/12/2024	98	33	635	359	661	78	844	2.708	23.181	-	25.889
Adições	-	-	195	-	6.067	2.509	6.911	15.682	16.351	10.266	42.299
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2025	98	33	830	359	6.728	2.587	7.755	18.390	39.532	10.266	68.188
Depreciação acumulada											
Saldos em 31/12/2024	(37)	(30)	(88)	(157)	(257)	(73)	(30)	(672)	(18)	-	(690)
Adições	(12)	(1)	(115)	(72)	(742)	(187)	(1.308)	(2.437)	(4.508)	(2.092)	(9.037)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2025	(49)	(31)	(203)	(229)	(999)	(260)	(1.338)	(3.109)	(4.526)	(2.092)	(9.727)
Saldos em 31/12/2025	49	2	627	130	5.729	2.327	6.417	15.281	35.006	8.174	58.461

9 Outros ativos e passivos

Ativo	30.06.2026	31.12.2025
Imposto a recuperar	942	159
Imposto a compensar	221	-
Despesas antecipadas	2.671	3.581
Contas a receber coligadas	-	18.242
Adiantamento e antecipações salariais	6.146	1.995
Devedores por depósito em garantia (a)	145.732	-
Outros	56	119
Total	155.768	24.096

(a) Valores depositados no âmbito do Acordo Bilateral de Garantias firmado entre o BBVA Brasil e o BBVA S.A. (Espanha), com a finalidade de mitigar o risco de crédito de contraparte decorrente das operações de derivativos realizadas entre as instituições.

Passivo	30.06.2026	31.12.2025
Dividendos a pagar	206	206
Fornecedores	19.645	13.702
Outros passivos	181	5.250
Provisão de bônus a pagar	18.613	28.722
Obrigações com pessoal	8.326	6.074
Obrigações por negociação e intermediação	-	8.016
Encargos sociais	16.809	15.415
Pis e Cofins	801	1.470
Valores a Pagar - ligadas	14.638	787
Total	79.219	79.642

10 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 865.616.882 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Sendo o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A o acionista que corresponde a 99,99% das ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 14 de janeiro de 2025, foi aprovado o aumento de capital do Banco de R\$ 56.229 para R\$ 602.151 um aumento, portanto de R\$ 545.922.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 24 de abril de 2025 foi aprovado aumento de capital do Banco de R\$ 602.151 para R\$ 1.084.892, um aumento, portanto de R\$ 482.741.

Em ofício datado em 13 de junho de 2025, o Banco Central aprovou os aumentos de capital deliberado nas Assembleias mencionadas acima.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de junho de 2026 foi aprovado aumento do capital social do Banco de R\$ 1.084.892 para R\$ 1.840.067, um aumento, portanto de R\$ 755.175 aprovado pelo Banco Central em 24 de julho de 2026.

O capital social em 30 de junho 2026 é representado por 1.464.962.120 ações ordinárias, sem valor nominal. Sendo o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A o acionista que corresponde a 99,99% das ações.

b. Destinação do lucro

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício de acordo com o Estatuto Social, até o limite de 20% do capital social definido pela legislação societária. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não houve a constituição de reserva legal sobre o lucro líquido do exercício, devido a empresa apresentar prejuízo.

11 Provisão para passivos contingentes

Em 30 de junho de 2026, o Banco possuía 1 (um) processo de natureza tributária classificado como perda provável, devidamente provisionado no passivo no montante de R\$ 505 (31 de dezembro de 2025: R\$ 495).

A contingência refere-se ao Processo nº 0000865-15.2011.403.6500 (Embargos à Execução nº 0000003-10.2012.403.65.00), que discute diferenças de recolhimento decorrentes da compensação de saldo negativo de IRPJ e prejuízo fiscal de CSLL apurados em 2005 com outros tributos federais.

A controvérsia decorre de divergência de interpretação jurídico-tributária quanto aos requisitos formais aplicáveis à compensação dos créditos, não havendo questionamento quanto à existência ou legitimidade dos créditos utilizados.

O processo encontra-se em fase de perícia judicial em primeira instância, com exigibilidade suspensa e sem expectativa de desembolso imediato.

A provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2025 após reavaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos externos, que passaram a classificá-la como provável.

A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Natureza	Saldo em 31.12.2025	Constituição	Atualizações	Baixas/Reversões	Saldo em 30.06.2026
Tributária	495	-	10	-	505

O Banco é parte em processo judicial de natureza cível relacionado a alegações envolvendo portabilidade de empréstimo consignado, cuja probabilidade de perda foi classificada pelos assessores jurídicos como possível. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, estima a exposição financeira em 30 de junho de 2026 era de R\$ 6.

12 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

Os tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL) são calculados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação vigente, e reconhecidos pelo regime de competência.

b. Aliquotas

A provisão para IRPJ é calculada à alíquota base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% a título de adicional sobre a parcela excedente a R\$ 20 mil mensais. Desde janeiro de 2023, a alíquota da CSLL aplicável às instituições financeiras é de 20%.

c. IRPJ e CSLL Correntes

Nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, o Banco apresentou prejuízo contábil antes do IRPJ e da CSLL.

Descrição	30.06.2026	30.06.2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(3.602)	(14.228)
Adições/Exclusões permanentes (líquidas)	9.469	1.480
Adições/Exclusões temporárias (líquidas)	(28.714)	(7.986)
Lucro real antes da compensação	(22.847)	(20.734)
Compensação - Prejuízo fiscal e base negativa (limite 30%)	-	-
Lucro real após compensação	(22.847)	(20.734)
IRPJ e CSLL devidos (antes de deduções) (i)	619	-
Deduções fiscais	-	-
IRPJ e CSLL devidos (após de deduções) (i)	619	-

(i) O montante de R\$ 619 refere-se à antecipação de IRPJ e CSLL, apurada com base nas estimativas mensais relativas ao mês de janeiro, período em que o Banco apresentava lucro fiscal.

d. Dedutibilidade de perdas com créditos

Em 2025, o Banco iniciou o processo de constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Tais provisões são consideradas, neste momento, integralmente indedutíveis para fins fiscais. Consequentemente, foi reconhecido ativo fiscal diferido correspondente, cuja realização ocorrerá de acordo com os prazos contratuais dos respectivos instrumentos financeiros.

e. Conciliação da Alíquota Nominal e Efetiva

A conciliação da alíquota nominal e efetiva foi elaborada em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, o Banco apurou prejuízo contábil antes da incidência do IRPJ e da CSLL. A alíquota efetiva apresentada corresponde à relação entre a despesa de IRPJ e CSLL, corrente e diferida, e o resultado antes da tributação.

Em razão do prejuízo contábil apurado no período, o percentual obtido não é representativo da carga tributária efetiva do Banco, uma vez que se encontra influenciado pelos efeitos do reconhecimento de tributos correntes e diferidos, não sendo, portanto, diretamente comparável à alíquota nominal.

Descrição	30.06.2026	30.06.2025
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(3.602)	(14.228)
Receita/Despesa de IRPJ e CSLL (corrente e diferido)	(3.259)	-
Despesa de IRPJ e CSLL Correntes	(619)	-
Receita/Despesa de IRPJ e CSLL Diferido	(2.640)	-
Alíquota efetiva	90,48%	0,00%

f. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, conforme requerido pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, com base em projeções de resultados aprovadas pela Administração e revisadas periodicamente.

Os ativos fiscais diferidos decorrem, principalmente, de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões de bônus, provisões para diferenças positivas e negativas de ajustes de marcação a mercado e demais diferenças temporárias dedutíveis.

Em 30 de junho de 2026, o saldo de ativos fiscais diferidos totaliza R\$ 30.649, dos quais R\$ 30.718 foram reconhecidos no resultado do período e R\$ (69) diretamente no patrimônio líquido.

A realização estimada dos ativos e passivos fiscais diferidos está baseada nas projeções de resultados tributáveis futuros aprovadas pela Administração, considerando o limite legal de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, bem como a expectativa de reversão das diferenças temporárias que deram origem aos créditos tributários. Com as premissas atualmente adotadas, não se espera realização relevante além do horizonte apresentado.

Em 30 de junho de 2026, o Banco não possui créditos tributários não reconhecidos, tendo sido integralmente registrados os créditos que atendem aos critérios de probabilidade de realização estabelecidos pelo CPC 32.

Constituição dos Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

	31.12.2025	Constituição	Realização	30.06.2026
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	9.968	10.281	-	20.249
Arrendamento mercantil	193	74	-	267
Provisões de bônus e encargos	19.059	-	(7.861)	11.198
Contingências fiscais	223	5	-	228
Provisão para perdas com crédito	4.732	3.820	-	8.552
Instrumentos financeiros derivativos	(817)	(8.959)	-	(9.776)
Total do imposto diferido constituído	33.358	5.221	(7.861)	30.718
Diferido contra PL				
TVM - ações em companhias abertas	-	-	-	-
(-) Ajuste MTM	16	(85)	-	(69)
Total do imposto diferido constituído	16	(85)	-	(69)
Total Geral	33.374	5.136	(7.861)	30.649

Realização estimada dos Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

A realização estimada dos ativos e passivos fiscais diferidos, apresentada a valor nominal, é demonstrada a seguir:

Descrição	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	9.341	10.908	-	-	-	20.249
Arrendamento mercantil	(130)	(1)	137	261	-	267
Provisões de bônus e encargos	-	11.198	-	-	-	11.198
Contingências fiscais	-	228	-	-	-	228
Provisão para perdas com crédito	5.364	2.731	175	282	-	8.552
Instrumentos financeiros derivativos	(300)	(398)	(4.304)	(4.461)	(313)	(9.776)
Realização estimada por ano	14.275	24.666	(3.992)	(3.918)	(313)	30.718
Diferido contra PL						
(-) Ajuste MTM TPF						
Livre (LFT)	(69)	-	-	-	-	(69)
Total do imposto diferido constituído	(69)	-	-	-	-	(69)
Total Geral	14.206	24.666	(3.992)	(3.918)	(313)	30.649

Valor Presente dos Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

A Administração elaborou análise complementar do valor presente dos ativos fiscais diferidos com base no cronograma estimado de realização divulgado nesta nota. O cálculo foi efetuado mediante o desconto dos fluxos anuais pela taxa de 14,15% a.a., correspondente à taxa CDI pré obtida da curva “Clean Curve”, na data-base de 30.06.2026, aplicada de forma uniforme ao longo do horizonte de realização.

<u>Ano</u>	<u>Realização Nominal</u>	<u>Valor Presente</u>	<u>Ano</u>	<u>Fator de Desconto</u> <u>Fator (1,1415ⁿ)</u>
2026	14.206	12.461	1	1,14
2027	24.666	18.974	2	1,30
2028	(3.992)	(2.679)	3	1,49
2029	(3.918)	(2.305)	4	1,70
2030	(313)	(161)	5	1,94
Total	30.649	26.290		

Em 31 de dezembro de 2025 o Valor Presente dos Ativos e Passivos Fiscais Diferidos:

<u>Ano</u>	<u>Realização Nominal</u>	<u>Valor Presente</u>	<u>Ano</u>	<u>Fator de Desconto</u> <u>Fator (1,149ⁿ)</u>
2025	2.395	2.083	1	1,15
2026	29.778	22.559	2	1,32
2027	964	634	3	1,52
2028	317	182	4	1,74
2029	261	131	5	2,00
2030	(341)	(148)	6	2,30
Total	33.374	25.440		

Em 30 de junho de 2026, o fluxo nominal total de R\$ 30.649 (R\$ 33.374 em 31 de dezembro de 2025) corresponde a um valor presente estimado de R\$ 26.290 (R\$ 25.440 em 31 de dezembro de 2025).

A apuração a valor presente é apresentada exclusivamente para fins informativos e não altera o valor contábil dos ativos fiscais diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras, os quais permanecem mensurados conforme o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

g. Reforma Tributária (IBS, CBS e Imposto Seletivo) – divulgação de incertezas e avaliação de impactos

A Emenda Constitucional nº 132/2023 introduziu a reforma da tributação sobre o consumo, criando o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), além do IS (Imposto Seletivo), com período de transição iniciado em 2026 e implementação gradual até a substituição dos tributos atuais, conforme regulamentação. A Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, instituiu o IBS, a CBS e o IS e definiu regras gerais e regimes específicos/diferenciados, incluindo diretrizes para o setor financeiro.

Para 2026, a CBS e o IBS operam em ambiente de “teste”, com obrigações acessórias e regras de destaque/documentos fiscais em evolução; contribuintes que cumprirem as obrigações acessórias e emitirem documentos fiscais/declarações conforme as normas aplicáveis poderão ser dispensadas do recolhimento no ano teste, conforme orientações da Receita Federal.

O Banco encontra-se em fase de preparação para a Reforma Tributária sobre o Consumo. Até 30 de junho de 2026, não foram identificados impactos quantitativos relevantes decorrentes da implementação da Reforma Tributária que demandem reconhecimento nas Demonstrações Financeiras.

Para fins de adequação às novas exigências, o Banco está em processo de contratação de consultoria externa especializada para diagnóstico dos impactos, bem como estruturou um grupo de trabalho interno.

Adicionalmente, o Banco encontra-se em processo de implementação de módulos sistêmicos destinados a assegurar a aderência aos requisitos decorrentes da Reforma Tributária, bem como a adequação futura dos processos de contas a pagar aos parâmetros normativos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

h. Despesas Tributárias - PIS e COFINS

As contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são calculadas de acordo com o regime cumulativo, às alíquotas de 0,65% e 4,0%, respectivamente, conforme legislação vigente aplicável às instituições financeiras.

As despesas de PIS e COFINS são reconhecidas pelo regime de competência e registradas como despesas operacionais.

13 Demonstração do Resultado

a. Despesas com pessoal

	30.06.2026	30.06.2025
Benefícios	6.073	3.785
Encargos sociais	16.032	9.612
Proventos	51.144	24.874
Treinamento	22	31
Total	73.271	38.302

b. Despesas Administrativas

	30.06.2026	30.06.2025
Despesas de Água, Energia e Gás	53	16
Despesas de Aluguéis e Condomínios	242	803
Despesas de Comunicações	846	279
Despesa Manutenção de Bens	8	4
Despesas de Material	46	35
Despesas de Seguros	133	61
Despesas do Sistema de Serviço Financeiro	1.369	293
Despesas de Serviços de Terceiros	102	144
Despesas de serviços, vigilância e segurança	144	133
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	6.614	6.146
Despesas de Transportes	26	31
Despesas com Eventos Institucionais	1.709	-
Despesas de processamento de dados	460	1.291
Despesas de propaganda/publicidade	15	13
Despesa de viagem	1.821	974
Outras Despesas Administrativas	545	246
Total	14.133	10.469

c. Despesas Tributárias

	30.06.2026	30.06.2025
COFINS	3.760	1.992
PIS	611	324
IPTU	219	215
Outros impostos e taxas	1.586	1.034
IOF	2.962	3.988
ISS Próprio	443	-
Total	9.581	7.553

d. Outras receitas (despesas) operacionais

	30.06.2026	30.06.2025
Varição Selic	4	151
Outras (a)	4.594	101
Juros pagos	(2)	(150)
Resultado não recorrente (b)	(29)	(92)
Outras despesas indedutíveis (c)	(739)	(545)
Despesas a Pagar ligadas	(3.099)	-
Provisão para contingência fiscal	(10)	-
Total	719	(535)

(a) Refere-se substancialmente a revesão de bônus do período anterior.

(b) Resultado não recorrente refere-se a despesas relacionadas a perdas operacionais no período e prejuízo na baixa de imobilizado.

(c) A conta contábil outras despesas indedutíveis, em sua grande proporção, reflete valores dimensionados a relatório de despesas de funcionários, especificamente relatório de despesas dos administradores.

e. Receitas de prestação de serviços

Receita de comissão por coordenação e estruturação de operações com clientes no valor de R\$ 8.854 (R\$ 0 em 30 de junho de 2025).

14 Transações com partes relacionadas

Conforme o CPC 05 as partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados abaixo:

Ativo	Contraparte	30.06.2026	31.12.2025
Depósito em Moeda estrangeira	Banco Bilbao Vizcaya	30.147	8.309
Contas a receber coligadas	Banco Bilbao Vizcaya	-	18.242
Instrumentos financeiros derivativos	Banco Bilbao Vizcaya	5.161	10.455
Passivo			
Empréstimos a pagar	Banco Bilbao Vizcaya	1.183	559.342
Valores a Pagar - ligadas	Banco Bilbao Vizcaya	15	787
Instrumentos financeiros derivativos	Banco Bilbao Vizcaya	159.927	2.850
Resultado			
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	Banco Bilbao Vizcaya	(164)	7.595
Despesas com repasses e empréstimos	Banco Bilbao Vizcaya	(21)	10.554
Receita de prestação de serviços	Banco Bilbao Vizcaya	-	18.242
Outras receitas (despesas) operacionais	Banco Bilbao Vizcaya	(3.061)	787

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração são os diretores executivos. A remuneração paga aos Administradores no semestre findo em 30 de junho de 2026 foi no montante de R\$ 17.338, sendo R\$ 11.739 referentes a Proventos e R\$ 5.599 a Encargos (no semestre findo em 31 de dezembro de 2025 foi no montante de R\$ 14.055, sendo R\$ 9.621 referentes a Proventos e R\$ 4.434 a Encargos), registrada na rubrica despesas com pessoal.

15 Outras informações

- a. O resultado de variação cambial, em 30 de junho de 2026, refere-se, basicamente, a operação de adiantamento de contrato de câmbio e empréstimo no exterior, totalizado um resultado positivo de R\$ 2.177 (R\$ 526 em 30 de junho de 2025).

16 Acordo de Basiléia (limite operacional)

O Banco Central do Brasil, através da Resolução BCB 200 de 11 de março de 2022, institui a apuração do patrimônio de referência (PR), de capital principal e do patrimônio de referência mínimo para os ativos ponderados por risco (RWA).

O índice de Basiléia para 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 foi de:

	<u>30.06.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Capital Total (PR)	1.026.614	1.062.916
Capital Principal (CET1)	1.026.614	1.062.916
Capital Social	1.084.892	1.084.892
Lucros ou prejuízos acumulados	16.240	22.997
Ajustes Prudenciais	(74.518)	(44.973)
Capital adicional de nível I (AT1)	-	-
Capital de nível I (AT2)	-	-
RWA	1.498.052	600.519
Risco de crédito	1.228.319	478.095
Risco de Mercado	210.533	76.793
Risco Operacional	59.200	45.631
Índice de capital principal	68,53%	177,00%
Índice de capital de nível 1	68,53%	177,00%
Índice de capital total (índice de Basiléia)	68,53%	177,00%

17 Gerenciamento de riscos

O BBVA Brasil realiza o gerenciamento dos riscos aos quais está exposto de forma integrada, considerando os riscos relevantes e suas interações, em conformidade com a abordagem de Gestão Integrada de Riscos estabelecida pelo Grupo BBVA. Essa abordagem tem como objetivos assegurar uma cultura de riscos sólida e disseminada em toda a organização, garantir uma gestão de riscos consistente, abrangente e prudente, apoiar a tomada de decisão com base em adequada visibilidade e compreensão dos riscos, bem como assegurar que os riscos assumidos estejam alinhados à estratégia, ao perfil de risco e aos limites internos definidos pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de riscos do BBVA Brasil está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

a. Gerenciamento da estrutura de capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e com a Resolução CMN nº 4.955/2021, o BBVA Brasil mantém uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com a sua classificação como instituição do segmento S4, com a natureza de suas operações e com a dimensão dos riscos aos quais está exposto. A estrutura tem por objetivo assegurar que o Banco preserve, em bases prospectivas e contínuas, níveis adequados de capital para o desenvolvimento regular de suas atividades e para a absorção de perdas inesperadas. O gerenciamento de capital está alinhado ao planejamento estratégico e orçamentário da instituição, bem como ao apetite por risco definido localmente, considerando as diretrizes do grupo BBVA e às exigências regulatórias locais.

b. Risco operacional

O risco operacional materializa-se em perdas decorrentes de: erro humano; processos internos inadequados; conduta imprópria em relação a clientes, mercados ou à própria instituição; fragilidades nos programas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo; falhas, interrupções ou deficiências em sistemas ou comunicações; roubo, perda ou uso indevido de informações e deterioração de sua qualidade; fraude interna ou externa incluindo, em todos os casos, fraude resultante de ataques cibernéticos; roubo ou dano físico a bens ou pessoas; riscos jurídicos, riscos decorrentes da gestão da força de trabalho e da saúde ocupacional e atendimento inadequado dos fornecedores; bem como danos decorrentes de eventos climáticos extremos, pandemias e outros desastres naturais.

O risco operacional é gerido pela Unidade de Riscos Não Financeiros Brasil (NFR Brasil, na sigla em inglês), cuja estrutura está em conformidade com os requisitos da Resolução CMN nº 4.557/17, melhores práticas de mercado e diretrizes globais do Grupo BBVA.

O modelo de governança de risco operacional no BBVA Brasil fundamenta-se no modelo de controle interno das três linhas de defesa:

Primeira linha de defesa: composta pelas Áreas de Negócio e Suporte, responsáveis pela gestão do risco operacional relacionado aos seus produtos, atividades, processos e sistemas.

Segunda linha de defesa: Unidades de risco não financeiro, corporativas e locais, responsáveis por desenhar e manter o modelo de gestão de risco operacional do Grupo, e avaliar o grau de aplicação nas diversas Áreas.

Terceira linha de defesa: desempenhada pela Auditoria Interna do BBVA, que realiza revisões independentes do modelo de controle, verificando o cumprimento e a eficácia das políticas corporativas estabelecidas.

O gerenciamento do risco operacional no BBVA Brasil é realizado de forma integrada à rotina das áreas operacionais e de controle, com foco na prevenção de falhas e na melhoria contínua dos processos.

c. Risco de mercado

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo: i) o risco da variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e ii) o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias, para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos principalmente por meio de métricas quantitativas como *Value at Risk (VaR)* e análise de sensibilidades, em conformidade com a

Resolução CMN nº 4.557/2017 e as diretrizes do Grupo BBVA. A área de Risco de Mercado atua de forma independente de modo a garantir um perfil de risco consistente com o apetite de risco estabelecido pela instituição.

IRRBB (Risco de taxas de juros da carteira bancária): risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. É monitorado principalmente por meio das métricas de impacto no valor econômico do capital e impacto nos resultados financeiros da instituição, além da avaliação das perdas e ganhos embutidos. A área de Risco de Mercado tem papel ativo no controle das métricas do IRRBB em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e as diretrizes do Grupo BBVA.

Análise de Sensibilidade

A instituição monitora e gerencia ativamente sua exposição a riscos de mercado decorrentes de flutuações em taxas de juros e moedas. O Banco realiza a análise de sensibilidade para estimar o impacto potencial no resultado econômico de variações adversas e favoráveis nos principais fatores de risco aos quais a carteira está exposta.

A análise assume que os impactos são causados de forma isolada por cada fator de risco, mantendo-se as demais variáveis constantes. A análise considera as exposições consolidadas da carteira banking e trading e se baseia no impacto no valor econômico da instituição. Foram elaborados três cenários projetados para um horizonte de 12 meses.

Cenário I: representa o cenário base, com choque paralelo de -350bps na curva de juros pré fixado, choque paralelo de -25bps nas curvas de cupom de moeda estrangeira e +2% nas taxas de câmbio.

Cenário II: considera um choque paralelo de +75bps nas curvas de cupom de moeda estrangeira e +12% nas taxas de câmbio.

Cenário III: considera um choque paralelo de +250bps na curva de juros pré fixado, choque paralelo de +100bps nas curvas de cupom de moeda estrangeira e +40% nas taxas de câmbio.

Os impactos estimados no resultado da instituição, caso os cenários acima se materializem, estão apresentados na tabela a seguir:

Fator de Risco	Cenários		
	I	II	III
Taxa de Juros Pré Fixado	1.834	-	(1.310)
Cupom de moeda estrangeira	(4)	13	17
Taxas de Câmbio	(22)	(133)	(445)

d. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do BBVA Brasil segue as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.557/2017, sendo proporcional à sua classificação como instituição do segmento S4. O processo de gestão busca assegurar que o Banco mantenha níveis suficientes de ativos líquidos de alta qualidade (High Quality Liquid Assets – HQLA), capazes de suportar saídas de recursos mesmo em cenários adversos, garantindo o cumprimento de obrigações financeiras nos prazos acordados. O banco tem estabelecida uma política de liquidez, revisada periodicamente, e contempla limites internos, planos de contingência e

projeções de fluxos de caixa sob diferentes horizontes e premissas. A gestão local está alinhada às práticas e políticas do grupo BBVA, observando a autonomia regulatória brasileira e a integração com o processo global de governança de riscos.

e. Risco de crédito

O Risco de Crédito refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: i) não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; ii) desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; iii) reestruturação de instrumentos financeiros; iv) custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos; v) desembolsos para honrar garantias financeiras prestadas; vi) não cumprimento de obrigações nos termos pactuados por interveniente, provedor do instrumento mitigador ou mandatário de cobrança.

O BBVA Brasil conta com uma Política de Gerenciamento de Risco de Crédito que determina princípios e práticas para a concessão, monitoramento e recuperação de crédito, garantindo que a exposição ao risco de crédito seja compatível com o apetite ao risco da instituição e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e demais normativos aplicáveis. O cumprimento desta política é de responsabilidade de todas as áreas envolvidas no processo de concessão e gestão do risco de crédito.

18 Eventos subsequentes

Em 24 de julho de 2026 foi aprovado o aumento do capital social do Banco de R\$ 1.084.892 para R\$ 1.840.067 pelo Banco Central por meio do Ofício 29227/2026-BCB/DEORF/GTSP3. Com a aprovação, o capital social em 30 de junho 2026 é representado por 1.464.962.120 ações ordinárias, sem valor nominal.